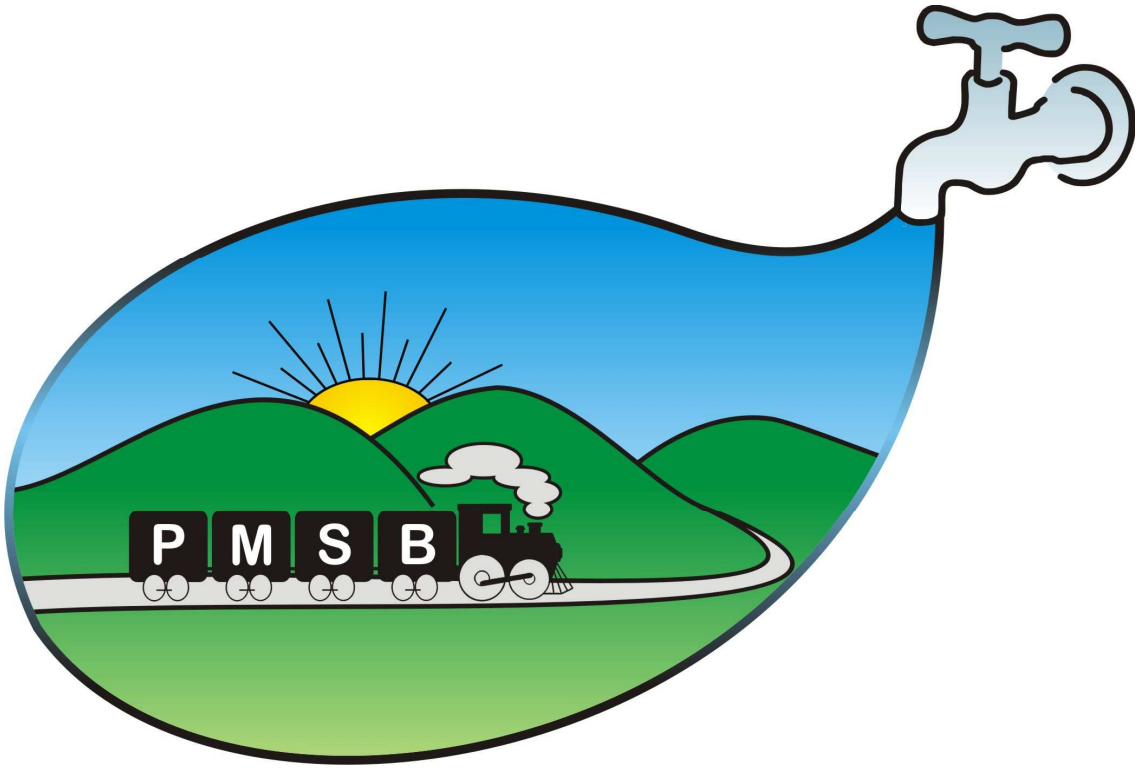
MB - ENGENHARIA LTDA.

Plantando trabalho, colhendo realizações.

TRÊS PONTAS ADM. 2013-2016



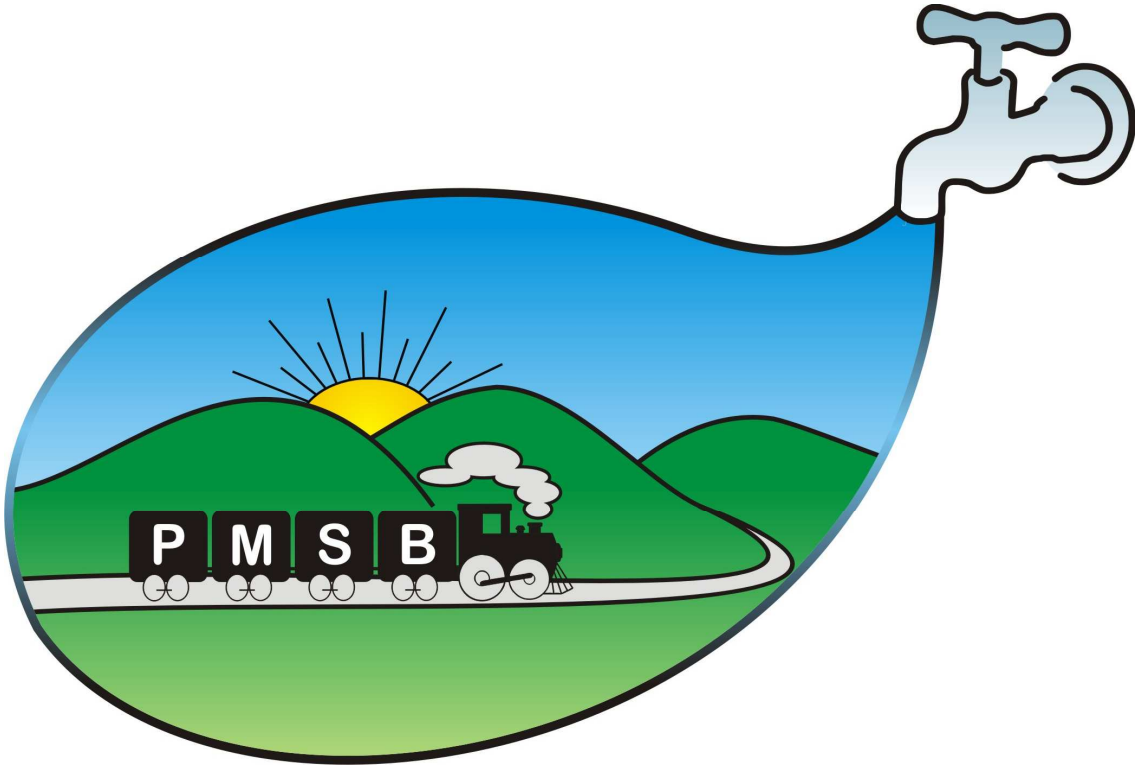
PLANO MUNCIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB

DO MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS - MG

MB - ENGENHARIA LTDA.

Plantando trabalho, colhendo realizações.

TRÊS PONTAS ADM. 2013-2016



PRIMEIRA ETAPA
INSTITUIÇÃO DOS COMITÊS
MOBILIZAÇÃO SOCIAL

MARÇO DE 2013

SUMÁRIO

I. INSTITUIÇÃO DOS COMITÊS

1. COMITÊ DE COORDENAÇÃO

2. COMITÊ EXECUTIVO

II. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. CONCEITO BÁSICO

3. ESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1 Estruturação
3.1.1 Propósitos
3.1.2 Atores envolvidos
3.1.3 Campo de atuação
3.1.4 Acompanhamento de resultados

3.2 Planejamento
3.2.1 Formas de mobilização social
3.2.2 Preparação de material
3.2.3 Comunicação
3.2.4 Sistematização e registros
3.2.5 Cronograma.

4. ANEXOS

5. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

MB - ENGENHARIA LTDA.

Plantando trabalho, colhendo realizações.

TRÊS PONTAS ADM. 2013-2016

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PMSB

MARCELO CHAVES GARCIA
Engenheiro Civil CREA – 24620/D - Coordenador

GELSON NOGUEIRA DE MORAIS
Engenheiro Civil CREA – 71.083/D

DENISE TRINDADE GOMES
Assistente Social - CRESS/MG: 10.128

PAMILA CRISTINA LIMA SIVIERO
Demógrafa

PATRÍCIA PRÓSPERI
Bióloga

ABRAHÃO ELIAS NETO
Advogado

ALINNE ALVIM FRANCHINI
Doutora em Economia Aplicada

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O projeto de Lei 5.296/2005, encaminhado ao Congresso Nacional definiu as diretrizes para os serviços de saneamento básico e instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, elegendo o planejamento, a regulação, a fiscalização e o controle social como fundamentais para a execução das ações de saneamento.

O controle social pressupõe a participação social e planejamento, já que a experiência tem demonstrado que é preciso proporcionar à sociedade o protagonismo na definição das prioridades para as soluções de saneamento.

Neste sentido os programas de crédito e de transferência de recursos não-onerosos pelo Governo Federal trazem diversos critérios e requisitos pautados na valorização e no reconhecimento dos meios de institucionalização, da formulação de planos através da participação social, da regularização e definição dos mecanismos e instrumentos de concessão e regulação, e do comprometimento com a qualidade e com os resultados de ampliação e melhoria na prestação de serviços. Busca-se estimular o debate e o planejamento dos serviços de saneamento a partir de uma visão integrada de seus componentes, propiciando ao cidadão e a sociedade, participação efetiva na definição, formulação e gestão das políticas públicas para o saneamento.

Sendo os municípios, titulares do serviço e responsáveis por formular a política e elaborar o plano de saneamento básico, tais ações são indelegáveis a outro ente, quanto à importância do planejamento e da participação.

O planejamento e a participação são conquistas de direitos sociais dos cidadãos e de relevância para o desenvolvimento da sociedade e correta aplicação de recursos. Houve época em que as conquistas de direitos sociais ocorriam ignorando a participação popular. Os atos ditos heróicos eram atribuídos àqueles que estão no poder ou que de alguma forma usufruem dos benefícios da alta sociedade, individualizando e personificando um feito que só pôde concretizar-se com a participação e união de um estado coletivo. A União, longo tempo à margem das políticas de saneamento resolveu participar das políticas urbanas através da:
1) criação do Ministério das Cidades, mudando o paradigma da desarticulação para se implantar o conceito das políticas urbanas integradas, dialogando entre si;
2) criação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Instauração de um processo inovador, de abertura à participação da sociedade civil por meio de conferências e do Conselho das Cidades.

Em 5 de janeiro de 2007, após aprovação do Congresso Nacional, o Presidente da República sanciona a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o

saneamento básico e institui a Política Federal de Saneamento Básico (BRASIL, 2007). Inicia-se nesse momento uma nova e desafiadora fase do saneamento no Brasil, onde o protagonista principal é o município como o titular dos serviços de saneamento básico. Ficam definidas mais claramente as competências municipais quanto ao planejamento, ação indelegável a outro ente, à prestação, à regulação, à fiscalização dos serviços e à promoção da participação e controle social.

A partir da ideia de que o planejamento do saneamento deve contemplar a participação da comunidade envolvida e que, para esta atividade, o processo de aprendizagem continuada deve ser levado em consideração, apresentamos uma reflexão sobre a relação entre a cidade e a produção de conhecimento.
Não parece ser viável propor um trabalho de aproximação do indivíduo com a cidade que não leve em conta sua experiência, o que já sabe sobre ela, a leitura que faz dela. Conhecer sua cidade não se limita a ter informações, ouvir alguém dizer como é, como funciona, por exemplo, o sistema de saneamento ou o transporte na cidade, mas a reconhecer-se parte dela, posicionar-se sobre seu funcionamento, socializar suas experiências, debater. A partir de uma situação provocada por uma discussão, o indivíduo pode aproximar-se do que um ensinante tem a lhe acrescentar, problematizar.

Cabe destacar, a importância da participação da comunidade na tomada de decisões. Já se tem clareza da importância da participação para o bom andamento das atividades de planejamento e tomada de decisão. Quando se fala em participação, vale a pena detalhar um pouco o alcance desse tópico. As experiências têm demonstrado que não é razoável fomentar a participação de um só componente social, mesmo que esse seja expressivo. É importante garantir a participação ampla, contemplando agentes públicos, sociedade civil organizada e a população em geral. Nesse sentido, destaca-se a Resolução nº 25/2005 do Conselho das Cidades sobre participação popular, que trata sobre a gestão do processo de elaboração, implementação e execução do Plano Diretor; a garantia da diversidade na participação desse processo; as audiências públicas; sua divulgação; articulação e integração com o processo participativo de elaboração do orçamento e sua aprovação.

A participação da comunidade no desenvolvimento dos trabalhos tem o potencial de torná-la agente efetivo da manutenção e continuidade das diretrizes previstas. Entretanto, onde a sociedade civil do município não participa efetivamente, tanto da discussão quanto da elaboração de diversas tarefas, a falta de execução das diretrizes propostas ocasiona descrédito para o processo de planejamento. Além disso, revisar periodicamente o Plano é tarefa que depende de uma agenda permanente de discussão sobre a salubridade ambiental local, o que muitas vezes tem prioridade baixa e acaba sendo preterido pelo gestor local. Essa continuidade fica muito facilitada se o planejamento resultar em lei municipal que condicione o processo. Entretanto, mesmo com a existência de legislação específica, a comunidade é quem pode ser o principal ator da ação, inclusive com a utilização do processo democrático da eleição para garantir que seu interesse na questão seja respeitado.
Os processos de planejamento orientados para a sustentabilidade, segundo a Agenda 21, requerem um grau elevado de participação da sociedade e se aplica especialmente ao planejamento do sistema de saneamento. Três aspectos importantes são: os níveis de

participação; as formas de participação e os grupos de participantes. Poderemos usar como modelo, a sistematização apresentada a seguir como um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, do art. 3º):
Para tanto, são sugeridos três modos básicos de participação:
• **D** – Participação direta da comunidade implicada por meio de apresentações, debates, pesquisas e qualquer meio de expressar opiniões individuais ou coletivas.
• **S** – Participação em fases determinadas da elaboração do PMSB por meio de sugestões ou alegações, apresentadas na forma escrita.
• **T** – Participação por meio de grupos de trabalho.
Nessas três formas básicas de participação deve haver a presença ativa da Administração Municipal, colaborando no desenvolvimento do processo e assessorando a comunidade participante.
No que diz respeito aos participantes, três grandes grupos podem resumir as comunidades participantes na elaboração do PMSB:
• **O** – Organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, etc.
• **PE** – População exterior, mas próxima à área afetada pelo PMSB.
• **PR** – População residente no município.

A opção preferencial a ser utilizada no presente trabalho prima-se pela participação comunitária através das organizações sociais (entidades representativas), econômicas, profissionais, políticas, culturais, etc. a ocorrerem através de reuniões, audiências públicas e site, onde as sugestões, informações e reivindicações poderão ser apresentadas na forma escrita.

O processo para conhecimento de uma realidade deve ser sistematizado, levando-se em consideração aspectos técnicos e sociais. Para a execução do diagnóstico, recomenda-se o envolvimento de representantes de todos os órgãos e entidades que tenham algum tipo de relação com o setor de saneamento do município, tais como:
1. Autarquia - SAAE responsável pelas atividades e serviços de água e de esgoto;
2. Secretarias Municipais da área de componentes urbanos, ou seja: Transportes e Obras e Meio Ambiente, responsáveis pelas atividades de drenagem e manejo das águas pluviais e de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;
3. Secretarias Municipais da área de planejamento, finanças e jurídica, ou seja: Administração, Fazenda, Procuradoria ou Assessoria Jurídica;
4. Secretarias Municipais da área social, ou seja: Saúde, Cultura, Educação e Assistência Social;
5. Instituições de ensino e pesquisa: Universidades, Escolas, Centros de educação profissionalizantes;
6. Sociedade civil organizada;
7. Outras.

Nas diversas etapas que irão constituir o presente trabalho terá incidência fundamental a participação do CONSELHO DA CIDADE, estância representativa de todos os seguimentos da sociedade local com atribuições precípuas de gestão do Plano Diretor, do

fundo de Habitação, entre outras. O Conselho da Cidade, com reuniões ordinárias trimestrais, será um fórum para debate das políticas de saneamento, com a apresentação de metas do governo, sugestões e reivindicações da população. Também será o órgão com autoridade para aprovar os diversos produtos do PMSB.

2. CONCEITOS BÁSICOS

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum buscando resultados decididos e desejados por todos.

O Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano e da sua participação no processo de sua elaboração. Por meio deste planejamento organiza-se o processo e os canais de participação na elaboração do Plano e na avaliação dos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, do art. 3º, da lei 11.445/07).

O Plano de Mobilização Social define o processo de mobilização e participação social, a cronologia das etapas subseqüentes e as metodologias de implantação das atividades, incluindo Audiências Públicas.

O Plano de Mobilização define como será a comunicação social, ou seja, a divulgação do processo, através de canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

3. ESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1 Estruturação

3.1.1 Propósitos
O propósito deste trabalho é definir critérios e formas sobre como conceber, como planejar e como organizar a **mobilização social**, parte fundamental do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Três Pontas. Quanto mais participativo for este processo, mais as escolhas refletirão as vontades e necessidades de todos e serão por todos compartilhados.

3.1.2 Atores Envolvidos
3.1.2.1 A **empresa MB – Engenharia Ltda** foi contratada pela Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2012, através do processo licitatório N° 2217 para prestação de serviços de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Pontas-MG, em conformidade com o Contrato nº. 2691.0351380-15/2011, celebrado entre o município e a Caixa Econômica Federal, com recursos do Ministério da Cidade.

A Prefeitura Municipal emitiu a Ordem de Serviços, autorizando a empresa a iniciar na data de 07 de janeiro 2013 o serviço contratado, com prazo de 20 meses para sua conclusão.
Sendo assim, a coordenação dos trabalhos de elaboração deste Plano de Mobilização Social, como também de todos os demais produtos que compõem o PMSB serão de responsabilidade da MB – Engenharia Ltda através de sua equipe técnica, formada para este fim e composta pelos seguintes profissionais:
Marcelo Chaves Garcia, engenheiro civil; Gelson Nogueira de Morais, engenheiro civil; Denise Trindade Gomes, assistente social; Pamila Cristina Lima Siviero, demógrafa; Patrícia Prósperi, bióloga; Abrahão Elias Neto, advogado; Alinne Alvim Franchini, doutora em Economia Aplicada.

3.1.2.2 A **administração pública municipal**, poderes executivo e legislativo, terão participação efetiva nos trabalhos de implantação do Plano de Mobilização Social, com a presença de seus representantes nos eventos a serem realizados, dando total apoio logístico aos mesmos e promovendo a divulgação dos trabalhos realizados, através dos seus meios de comunicação.

3.1.2.3 Os membros dos comitês instituídos: **Comitê de Coordenação e Comitê Executivo,** representantes dos poderes constituídos e da comunidade estarão envolvidos em todo o processo de elaboração do PMSB de Três Pontas.
O Comitê de Coordenação instituído através do decreto Nº 7.825, de 19 de fevereiro de 2013 é constituído pelos seguintes membros:
Marisa Cainelli Basílio de Brito, diretora do SAAE, presidente do comitê;
Antônio Garcia de Figueiredo Neto, engenheiro civil, representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, relator do comitê;
Viviane Rabelo de Abreu Dias, representante do Gabinete do Prefeito;
Vereador Sérgio Eugênio Silva, representante da Câmara Municipal de Três Pontas;
Sócrates Victor Rabello, Secretário Municipal de Meio Ambiente;
José Romão de Oliveira Filho, Secretário Municipal de Transportes e Obras;
Erik dos Reis Roberto, Secretário Municipal de Educação e Secretário Municipal da Cultura (Interino);
Hermógenes Vaneli, Secretário Municipal da Saúde;
Maria de Fátima Carvalho Mendonça Rabello, Secretária Municipal de Assistência Social;
Miguel Bertozzi Mesquita de Oliveira, representante da sociedade Civil;
Aloísio José Corrêa, representante de Associações de Bairros;
Francisco Miranda de Figueiredo Filho, representante da COCATREL.
As principais atribuições do Comitê de Coordenação serão as descritas a seguir:
-buscar o envolvimento da classe política;
-buscar o envolvimento da sociedade;
-disponibilizar dados e projetos inerentes ao saneamento;
-participar de eventos de lançamento e audiências públicas;
-apresentar as metas da administração.

O Comitê Executivo instituído através do decreto Nº 7.824, de 19 de fevereiro de 2013 é constituído pelos seguintes membros:
Amália Provenzani Nery, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, presidente do comitê;
Maria Ifigênia Botrel Pereira, representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, relatora do comitê;
Marco Antônio de Oliveira Junho, representante do SAAE;
Paulo de Paiva Loures Neto, representante da Procuradoria-Geral do Município;
Anira Maximiano, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
Glória Lúcia Magalhães, representante da Secretaria Municipal de Educação;
Sebastiana Aparecida da Silva, representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Francisco de Paula Vitor Cougo, representante de Associações de Bairros;
Eduardo Maury Mendes, representante da EMATER-MG;
Eduardo Piedade Garcia, representante da COCATREL.
As principais atribuições do Comitê Executivo serão as descritas a seguir:
-acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos nas suas diversas etapas;
-contactar e encaminhar documentos à CAIXA;
-analisar os produtos contratados;
-solicitar correções dos trabalhos, se necessário;
-participar de audiências e demais eventos.

3.1.2.4 Os membros do Conselho da Cidade**,** representantes dos poderes constituídos e da comunidade estarão também envolvidos em todo o processo de elaboração do PMSB de Três Pontas.
O Conselho da Cidade, instituído através do decreto Nº 7.821, de 19 de fevereiro de 2013, responsável pela aprovação dos produtos que resultarão no PMSB é constituído pelos seguintes membros:
Representantes de entidades e órgãos governamentais:
Gabinete do Prefeito:
a) Titular: Evânia Maria Rocha
b) Suplente: Viviane Rabelo de Abreu Dias
Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Titular: Maria de Fátima Carvalho Mendonça Rabello
b) Suplente: Amália Provenzani Nery
Secretaria Municipal da Fazenda:
a) Titular: Gisele Azevedo Oliveira
b) Suplente: Eliane Faria de Oliveira dos Santos
Secretaria Municipal de Transportes e Obras:
a) Titular: José Romão de Oliveira Filho
b) Suplente: Antônio Garcia de Figueiredo Neto
Câmara Municipal:
a) Titular: Francisco Botrel Azarias
b) Suplente: Geraldo Messias Cabral
Representantes de entidades e órgãos não governamentais:
Sociedade Civil:
a) Titular: Sandra Miranda de Oliveira reis

b) Suplente: Gicelda de Carvalho
Associações de bairros:
a) Titular: Luiz Roberto de Figueiredo
b) Suplente: Luiz Carlos Ferreira Franklin
a) Titular: Mário Reis de Oliveira
c) Suplente: Lucas Antônio da Silva
a) Titular: Maria Eunice da Silva
b) Suplente: Denise Trindade Gomes
Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Três Pontas - ASSENART
a) Titular: Maria Ifigênia Botrel Pereira
b) Suplente: Marcelo Chaves Garcia
c) Titular: Luiz Antônio Vinhas de Oliveira
d) Suplente: Gilmar Vilela
Associação Comercial e Agro-Industrial:
a) Titular: Reginaldo Vitor Almeida
b) Suplente: Bruno Dixini Carvalho

3.1.2.5 As **entidades representativas da população** terão participação efetiva nos trabalhos e estão a seguir elencadas:

1- Associação dos Moradores dos Bairros Santa Inês e Padre Vitor
Sede: Rua Mato Grosso, 305 A
Presidente: Tarcísio Donizeti Maciente
Rua Piauí, 39 - Bairro Santa Inês.

2- Associação de Moradores dos Bairros Santa Hedwirges e Santa Margarida
Sede: Rua: Sério Tiso, 1001 – Santa Edwirges.
Presidente: Francisco Botrel Azarias

3- Associação dos Moradores e Amigos Eucaliptos/Cidade Jardim e Vizinhanças
Sede: Rua João Batista de Castro, 39 – Cd. Jardim
Presidente: Diana Dayse Mota Tiso

4-Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Aristides Vieira, Jardim das Oliveiras e Turmalinas - AMAVIJOT
Sede: Rolando Girardelli, 773 - Bairro Aristides Vieira

5- Associação Cohab Ouro Verde
Sede: Rua Imperatriz Leopoldina
Presidente: Ricardo Tadeu Lugão

6- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Sede: Rua: Barão da Boa Esperança, nº 42 Centro.
Presidente: Vera Nilda do Couto Scatolino

7- Associação Trespontana dos Portadores de Deficiência
Sede: Rua: Francisco Garcia Miranda Junior, nº 130 – Sala 502.
Presidente: Maria Eunice Silva

8- Associação de Assistência a Toxicômanos e Alcoólatras de Três Pontas – Renascer
Sede: Rua: Dona Isabel, 34 Bairro Centro.
Presidente: Luis Carlos Ferreira Franklin

9- Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas – ABRAÇO/TP
Sede: Avenida Juvenal Correa de Figueiredo, 16 - Centro.
Presidente: Mário Reis de Oliveira

10- Associação Trespontana de Catadores de Materiais Recicláveis -ATREMAR
Sede: Avenida Prefeito Nilson Vilela, nº 1188 – Centro.
Presidente: Marilei de Fátima Miranda

11- Assistência Vicentina de Três Pontas
Sede: Avenida Juvenal Corrêa de Figueiredo, nº 420 – Centro.
Presidente: Walter Lúcio Moreira

12- Casa de Apoio às Famílias Carentes Zé Lagoa
Sede: Rua: Coqueiral, nº 215 – Ponte Alta I
Presidente: Joana D"Arc Silva Archango

13- Centro Espírita Paulo de Tarso
Sede: Rua Sete de Setembro, nº 528 Bairro: Centro.
Presidente: Sandra Miranda de Oliveira Reis

14- Entidade de Assistência e Promoção Social Nova Esperança – ENAPRO
Endereço: Rua Amélio Garcia de Miranda,1019 - Bairro meia Pataca
Presidente: Luiz Roberto de Figueiredo

15- Entidade Padre Wallace de Apoio ao Menor Carente
Sede: Rua: Acre, nº 19 – Bairro – Santa Inês.
Presidente: Maria Clarete Dorídio Pereira

16- Ponte Alta Esporte Clube
Sede: Rua: Francisco Gonçalves Brito, nº668 COHAB Ouro Verde.
Presidente: Carlos Henrique Araújo

17- Clube Terceira Idade Conviver e Crescer (Entidade)
Sede: Rua José Gonçalves da Costa, 185, Bairro Bom Pastor
Presidente: Marília Chaves de Abreu Figueiredo (Magali)

18- Comunidade do Bairro Santana
Sede: Aristides Botrel de Figueiredo, 718 - Santana.
Presidente: Francisco de Paula Vítor Cougo

19- Centro de Recuperação Mão Amiga
Sede: Fazenda Estância Jacarandá
Presidente: Pastor Ernandes Vitor de Carvalho

20- Pastoral da Criança (Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda)
Sede: Av: Benjamin da Silva Campos, nº 356 Vila Campos.
Presidente: Maria Clarete Dorídio Pereira

21- Pastoral da Criança (Paróquia Nossa D' Aparecida)
Presidente: Maria Ignêz de Melo Mesquita Assunção
Endereço: Travessa D'Aparecida, 175-Centro.

<u>ZONA RURAL:</u>

01 - Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito Quilombo Nossa Senhora do Rosário-CODEC.
Sede: Rua: Joaquim Vieira Marques, nº 25 - Quilombo Nossa Senhora do Rosário.
Presidente: Laerte Feliciano Souza

02- Associação Comunitária Rural Esmeralda e Adjacências.

Sede: Capela Nossa Senhora D'Aparecida – Fazenda Esmeralda
Presidente: Carlos Roberto Sarto

03- Associação de Desenvolvimento Comunitário do Comodoro e Adjacências
Presidente: José Moreira Batista

04- Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pontalete e Adjacências
Presidente: Marilza Batista de Souza

05- Associação de Desenvolvimento Comunitário da Espera e Adjacências
Presidente: Cassilda Aparecida de Souza Penha

06- Associação Desenvolvimento Comunitário do Barreiro e Adjacências
Presidente: Jailson Oliveira Silva

07- Associação de Desenvolvimento Rural do Congonhal e Adjacências
Presidente: Rozalina de Jesus Silva

08- Associação de Desenvolvimento Comunitário da Bela Vista e Adjacências
Presidente: Amadeu da Cruz

09- Associação de Desenvolvimento do Córrego da Figueira e Adjacências
Presidente: Antônio Rozeny Silva

10- Associação Comunitária Rural do Morro Vermelho e Adjacências
Presidente: Vicente José da Silva

11- Associação dos Agricultores Familiares do Município de Três Pontas e Região
Presidente David César Goulart

OUTRAS:

- Emater;
- Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Sindicato dos Produtores Rurais de Três Pontas;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Pontas;
- Associação Comercial Agro Industrial;
- Universidade Unis;
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do município de Três Pontas.

3.1.3 Campo de Atuação

Para que as pessoas se disponham a participar e descubram sua forma de contribuir é preciso que:

1.Tenham informações claras sobre os objetivos, metas e as prioridades da mobilização a cada momento. Esse é um dos objetivos da comunicação social no apoio a um movimento;

2.Sintam-se seguras quanto ao reconhecimento, valorização e respeito à sua forma de ser e de pensar;

3.Sintam a confiança dos outros participantes quanto à sua capacidade e possibilidade de contribuir para o alcance dos objetivos

É preciso que as propostas de atuação sejam claras; que respeitem os limites de atuação de cada um e ao mesmo tempo contribuam para abrir caminhos para novas visões; que não sejam explicitadas e/ou percebidas como cobrança, como responsabilização; que sejam estimulantes.

3.1.4 Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação de Resultados

O processo de mobilização requer que sejam identificados critérios e indicadores que permitam avaliar os resultados esperados. Eles são importantes para manter aceso o entusiasmo dos que estão participando e estimular a ampliação dos participantes.

Será feito o monitoramento da implantação do Plano de Mobilização Social. Deverá ser feito periodicamente um comparativo entre os resultados esperados e os realizados, no que diz respeito à participação popular, em todas as etapas do PMSB.

A avaliação do envolvimento e comprometimento dos diversos atores será feita de forma simples e eficaz, conforme descrito a seguir:

- Representantes da administração pública: através do número de pessoas presentes nas atividades e eventos programados;
- Membros do Comitê de Coordenação: através do número de pessoas presentes nas atividades e eventos programados;
- Membros do Comitê Executivo: através das respostas, em tempo, às solicitações feitas pela coordenação, principalmente quanto às informações necessárias para elaboração do Diagnóstico. Também, através do número de elementos presentes nas atividades e eventos programados;
- Representantes das entidades: através do número de pessoas do segmento social que representam que venham a participar das atividades e eventos programados. As sugestões, críticas e reivindicações dos grupos sociais, quanto aos serviços urbanos de saneamento básico deverão ser também avaliadas quantitativamente e qualitativamente.
- População: através do número de pessoas presentes nas atividades e eventos programados e do número de sugestões, críticas e reivindicações registradas nas reuniões e nos sites disponibilizados. As sugestões, críticas e reivindicações da população quanto aos serviços urbanos de saneamento básico deverão ser também avaliadas quantitativamente e qualitativamente.

Cabe a empresa MB – Engenharia Ltda avaliar se os atores envolvidos estão realmente compromissados com os papeis que devem desempenhar no processo de elaboração do plano. Se necessário deverão ser acrescidas novas ações que venham a sensibilizar e motivar a sociedade a participar do processo de elaboração do Plano.

3.2 Planejamento

3.2.1 Formas de mobilização social

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Pontas será elaborado em seis etapas, denominadas “Produtos” que são:

- Plano de Mobilização Social;
- Diagnóstico;
- Prognósticos;
- Concepção de Programas, Projetos e Ações;
- Mecanismos e procedimentos de Monitoramento;
- Relatório Final.

É de suma importância que todas as seis etapas tenham a participação popular durante o seu processo de elaboração. Porém, as formas de participação diferem entre si, pois os

conteúdos de cada etapa são diversos, embora tenham em comum o aspecto "saneamento". Como exemplo pode-se citar o produto 3 - Prognósticos que, por se tratar de um trabalho bastante técnico, será elaborado pela equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda, com reduzida participação popular.

Quanto aos resultados obtidos nas seis etapas, estes sim, devem ser apresentados a população, de forma direta ou através de sua representação - o Conselho da Cidade, que terá a responsabilidade de aprovar cada produto concluído, na sequência programada.

Sendo assim, este primeiro produto - **Produto 1 – Plano de Mobilização Social** foi elaborado pela equipe técnica da empresa MB - Engenharia Ltda e será apresentado à população trespontana na Audiência Pública de lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Pontas, agendada para o dia 26 de março do corrente ano, ocasião em que deverá ser aprovado pelo Conselho da Cidade e pelos Comitês de Coordenação e Executivo. Está prevista uma reunião com os comitês após esta Audiência Pública

O **Produto 2 – Diagnóstico,** será elaborado sob a coordenação da equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda e terá efetiva participação do Comitê Executivo cujos componentes, em sua maioria, são servidores da administração pública direta – Prefeitura, através de suas secretarias e autarquia – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. Os membros deste comitê possuem amplos conhecimentos sobre a realidade do município de Três Pontas, no que diz respeito a saneamento básico e têm acesso a arquivos da Prefeitura / SAAE, principais fontes de informação. Fazem também parte do Comitê Executivo representantes da Emater e Cocatrel, órgãos que detêm significativos dados relativos ao saneamento básico na zona rural de Três Pontas. De posse dos dados coletados a empresa MB – Engenharia fará uma avaliação dos dados fornecidos e providenciará as devidas complementações, se necessário. A participação popular se dará também através de associações de bairros e associações comunitárias rurais que levarão ao conhecimento dos coordenadores, equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda, a real situação e reivindicações da população que representa, quanto ao saneamento básico.

Para realização desta etapa, estão previstas seis reuniões com a participação de técnicos da empresa MB – Engenharia Ltda e membros dos Comitês.

Estão previstas também sete reuniões - Reuniões Participativas - dirigidas pela equipe técnica da empresa contratada com a participação de representantes das associações de bairros e associações comunitárias rurais e convidados.

Estará disponibilizado site para que toda a população trespontana possa se manifestar quanto as suas necessidades e reivindicações relativas a saneamento básico, contribuindo assim para maior eficácia do resultado do diagnóstico.

O Produto 2 – Diagnóstico será apresentado à população trespontana em Audiência Pública, agendada para o dia 15 de agosto do corrente ano, ocasião em que poderá ser aprovado pelo Conselho da Cidade e pelos Comitês de Coordenação e Executivo.

O **Produto 3 – Prognósticos** será elaborado pela equipe técnica da MB – Engenharia Ltda, tendo como base o diagnóstico realizado anteriormente. Trata-se de um trabalho técnico que demanda conhecimentos específicos, razão pela qual a participação popular se resumirá na apresentação dos resultados aos Comitês de Coordenação e Executivo e ao Conselho da Cidade.

Para tal, serão realizadas duas reuniões, uma com a participação da empresa contratada, através de sua equipe técnica e dos membros dos comitês e outra com a participação da

empresa e dos membros do Conselho da Cidade. O prognóstico deverá ser aprovado nesta última.

O **Produto 4 – Concepção de Programas, Projetos e Ações** será elaborado sob a coordenação da equipe técnica da MB – Engenharia Ltda e terá participação direta dos membros dos Comitês de Coordenação e Executivo. Também terá participação direta na definição de programas, projetos e ações os membros do Conselho da Cidade. Os Programas, Projetos e Ações pré-estabelecidos serão levados para discussão junto aos representantes das associações de bairros e associações comunitárias rurais.

Para realização desta etapa, estão previstas duas reuniões com a participação de técnicos da empresa MB – Engenharia Ltda e membros dos Comitês.

Está prevista uma reunião onde estarão presentes os técnicos da empresa contratada e os membros do Conselho da Cidade.

Estão previstas também sete reuniões – Reuniões Participativas - dirigidas pela equipe técnica da empresa contratada com a participação de representantes das associações de bairros e associações comunitárias rurais e convidados.

O Produto 4 será apresentado a toda a população trespontana, através do site, para que a mesma possa se manifestar quanto as propostas elaboradas. Os programas, projetos e ações poderão ser alterados e/ou complementados após avaliação das sugestões e considerações feitas pela população.

Está prevista uma reunião onde estarão presentes os técnicos da empresa contratada e os membros do Conselho da Cidade, para aprovação desta etapa do PMSB.

O **Produto 5 – Mecanismos e procedimentos de Monitoramento** será elaborado sob a coordenação da equipe técnica da MB – Engenharia Ltda e seguirá o mesmo procedimento definido para elaboração do Produto 4.

O **Produto 6 – Relatório Final** será elaborado sob a coordenação da equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda e terá efetiva participação do Comitê Executivo. Inicialmente será preparado um documento síntese para discussão, com a sistematização dos relatórios dos produtos concluídos anteriormente. Este trabalho será apresentado a população, através de suas associações de bairros, associações comunitárias rurais e conselho da cidade, para discussão, dando ênfase, ao Produto 4 e Produto 5.

Posteriormente será elaborado o Relatório Final que deverá ser aprovado pelo Conselho da Cidade, pelo chefe do poder executivo, devendo ser encaminhado à Câmara Municipal sob a forma de Projeto de Lei.

Para realização desta etapa, estão previstas três reuniões com a participação de técnicos da empresa MB – Engenharia Ltda e membros do Comitê Executivo.

Estão previstas também três reuniões dirigidas pela equipe técnica da empresa contratada com a participação de representantes das associações de bairros e associações comunitárias rurais e membros do Conselho da Cidade.

O Produto 6 – Relatório Final será apresentado à população trespontana em Audiência Pública, agendada para o dia 21 de agosto de 2014, ocasião em que deverá ser aprovado pelo Conselho da Cidade.

Para escolha dos locais de realização das reuniões participativas foi feita uma setorização da zona urbana e da zona rural do município. A cidade foi dividida em cinco macrorregiões, denominadas Macrorregião Norte, Macrorregião Sul, Macrorregião Leste,

Macrorregião Oeste e Macrorregião Central. A zona rural foi dividida em duas macrorregiões denominadas Macrorregião Rural Leste e Macrorregião Rural Oeste.
O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Norte é o Centro Pastoral, local bastante conhecido e que oferece espaço adequado para o evento. O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Sul é a sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, antigo IBC, local de fácil acesso, também bastante conhecido e que possui excelente auditório para realização do evento. O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Leste é a sede da Associação dos moradores dos bairros Santa Hedwiges e Santa Margarida, local bastante freqüentado pela população residente nestes bairros. O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Oeste é o prédio onde funciona da Escola Estadual Professora Marieta Castro, também local bastante conhecido e situado em região central do bairro Aristides Vieira de Mendonça. O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Central é o prédio onde funciona o Centro Vocacional Tecnológico - CVT, local bastante conhecido e com excelente localização.
O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Rural Leste é a região denominada Bananeiras, no prédio onde funciona a Escola Municipal, local bastante conhecido e de fácil acesso, estando a escola situada nas margens de estrada municipal. O local escolhido para as reuniões a serem realizadas com a população residente na Macrorregião Rural Oeste é o povoado de Quilombo de Nossa Senhora do Rosário, no prédio onde funciona a Escola Municipal Manoel Jacinto de Abreu.
Estas setorizações tiveram como objetivo facilitar o deslocamento das pessoas, levando as reuniões participativas para o mais próximo possível de suas moradias, fator que se acredita virá a estimular a participação da população.

As Audiências Públicas são eventos para os quais se prevê intensa divulgação por se tratar de ocasiões em que serão apresentados à população os produtos finais do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. O local escolhido para a realização destas audiências é o plenário da Câmara Municipal de Três Pontas, localizado no centro da cidade, com fácil acesso, espaço permanentemente aberto à população.

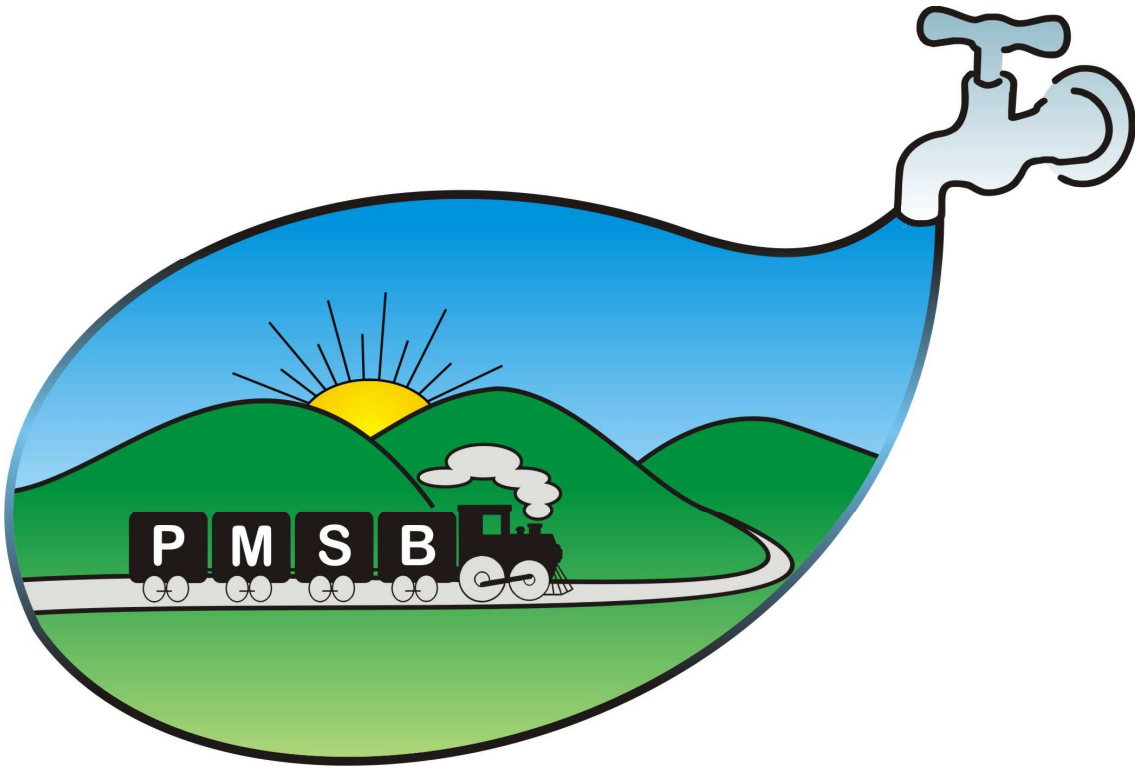
Importante destacar que se prevê a continuidade, avaliação e complementação permanente do PMSB, na medida em que este é concebido como processo de planejamento e não como um documento que se finaliza no limite de um relatório conclusivo.

3.2.2 Preparação de Material

Os materiais a serem confeccionados têm finalidade informativa e convocatória. Sua função é facilitar e dar sustentação às ações de divulgação dos propósitos, das ações e dos resultados alcançados, estimulando o aumento da participação. Eles devem ter algumas características como:
-ser claro e objetivo no conteúdo e atraente na forma;

-ter baixo custo de produção;
-ser de fácil acesso.

Após estudos e discussões a equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda, criou o logotipo do Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Pontas, buscando uma forma simples e atraente de caracterização do Plano. Buscou-se identificar o Plano com a origem e peculiaridades locais. O nome da cidade – Três Pontas - originou-se da bela serra com três pontas, situada na região leste do município, motivo pelo qual ela está presente no logotipo. A cor verde, escolhida para a serra vem a valorizar a cultura do café, principal atividade econômica do município. Três Pontas possuiu durante muitos anos estação ferroviária, fazendo parte do sistema ferroviário federal. Sendo assim, os trilhos e vagões do trem foram colocados no pé da serra, estes, em número de quatro, transportando as iniciais do **P**lano **M**unicipal de **S**aneamento **B**ásico. E como não podia deixar de ser, a gota d'água vem representar os serviços públicos de saneamento básico, sendo a água fonte de vida e saúde para a população. O objetivo maior da criação deste logotipo é chamar a atenção da população para o plano em elaboração, motivando-a a participar das atividades programadas, trazendo suas sugestões e reivindicações o que com certeza contribuirá para maior eficácia dos programas, projetos e ações a serem propostos.
Este é o logotipo do PMSB de Três Pontas:



O que se propõe é a confecção de faixas, cartazes e “mosquitos” convocando a população para participar das atividades programadas durante o processo de elaboração do PMSB. As faixas terão 70 cm de altura por 3,00 metros de comprimento, terão fundo branco e texto com letras medindo 9 cm, na cor azul. Os cartazes terão tamanho formato A3, fundo branco e texto com letras medindo 2 cm, na cor preta. Os “mosquitos” terão formato retangular, medindo 10 x 14 cm, letras tamanho 14.
Estes são os modelos das faixas, cartazes e “mosquitos”:

CONVITE

A ASSOCIAÇÃO ..... REALIZARÁ

REUNIÃO PARA TRATAR DO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS PONTAS.

LOCAL: .....

HORÁRIO: .....

COMPAREÇA E PARTICIPE!

É DO INTERESSE DE TODOS.

Serão confeccionados banners com destaque para o logo projetado para o Plano, que serão afixados nas paredes dos locais de realização das diversas reuniões e audiências programadas. Os banners terão 120 x 100 cm, terão fundo branco e texto com letras medindo 5,5 cm, na cor preta.
Este é o modelo do banner:

Serão também confeccionados convites individuais para convocação de entidades representativas da população; lideranças políticas; membros dos comitês; membros dos conselhos municipais e outros, para participarem das audiências públicas programadas para apresentação dos produtos finais das etapas do plano.
Este é o modelo padrão do convite para participação das audiências públicas:

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
TRÊS PONTAS - MG

A administração pública municipal em conjunto com a Empresa MB - Engenharia Ltda, está elaborando o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB de Três Pontas.**

Trata-se de importante mecanismo para conhecimento das carências do município no que diz respeito a abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo das águas pluviais e drenagem e elaboração de propostas para minimizá-las.

É de suma importância que todas as atividades envolvendo a elaboração do PMSB tenham efetiva participação popular.

Convidamos V. S. para participar da audiência de Lançamento do PMSB de Três Pontas, que acontecerá no dia **26 de março de 2013**, as **15:00 horas**, no plenário da **Câmara Municipal**.

Estamos convictos de que Três Pontas terá muito a ganhar com a participação de sua sociedade civil organizada no planejamento da política de saneamento municipal.

Plantando trabalho, colhendo realizações.

MB - ENGENHARIA LTDA.

Concluído o Relatório Final, será elaborada e confeccionada cartilha com ilustrações e linguagem simples, para fácil entendimento da população do conteúdo do plano, principalmente no que diz respeito aos programas, projetos e ações propostas e quanto à importância do monitoramento do mesmo, diretamente pela população ou através de suas entidades representativas e conselhos.

3.2.3 Comunicação

Reconhecemos a mobilização social como um ato de comunicação. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. Toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação. Este projeto deve ter como meta o compartilhamento de todas as informações do processo, o que inclui os objetivos, as ações que estão sendo desenvolvidas, as propostas apresentadas pela sociedade. A comunicação pode ser concebida e estruturada de diferentes formas de acordo com os objetivos que se pretende atingir, mas sempre de forma a estimular e envolver a população na elaboração do plano. Deve-se trabalhar no sentido de conscientizar a sociedade da importância da efetiva participação popular, nas diversas etapas de elaboração do Plano, principalmente na definição das estratégias e ações e no acompanhamento de sua implantação. Deverá haver esclarecimento acerca do trabalho que não deve ser confundido com execução de obras.

O projeto de comunicação propõe, neste Plano de Mobilização Social, as seguintes ações:

1. Publicação no jornal local "O Correio Trespontano", periódico semanal, de convite para participação das audiências públicas programadas, com antecedência mínima de 15 dias da data escolhida para realização das mesmas;
2. Matéria jornalística no jornal "O Correio Trespontano" através de entrevista com autoridades do governo acerca do processo de elaboração do PMSB de Três Pontas;
3. Convite para as reuniões a serem realizadas com a participação da equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda e de representantes das associações de bairros e associações comunitárias rurais utilizando meios de comunicação locais, como emissoras de rádio e outros;
4. Convocação da população para participar das atividades desenvolvidas no decorrer da elaboração do plano através de faixas que serão periodicamente colocadas sobre vias públicas, em pontos estratégicos, selecionados em função do maior tráfego de veículos e pedestres. As vias selecionadas são:
   Avenida Oswaldo Cruz;
   Praça Tristão Nogueira, esquina com a Rua Frei Caneca;
   Rua Barão do Rio Branco;
5. Convocação da população para participar das atividades desenvolvidas no decorrer da elaboração do plano através de cartazes que serão fixados, após a devida autorização, nos prédios da Prefeitura Municipal; Secretarias Municipais; Câmara Municipal; Fórum; SAAE; Escolas municipais, estaduais e particulares; Universidade Unis; sede da Emater; associação comercial, associação de engenheiros e outras; agências bancárias; cooperativas; padarias; supermercados e outros pontos comerciais de grande circulação de pessoas;

6. Convite para as reuniões a serem realizadas com a participação da equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda e de representantes das associações de bairros e associações comunitárias rurais utilizando veículos de som;
7. Divulgação dos eventos realizados e das atividades desenvolvidas no decorrer da elaboração do plano, no site da Prefeitura Municipal;
8. Convite individual para participação das audiências públicas, entregue em mãos, as entidades representativas da população; representantes do poder executivo; representantes do poder legislativo; representantes do poder judiciário; membros dos comitês; membros dos conselhos municipais; associações de engenheiros; universidade; associação comercial; empresas construtoras e outros;
9. Disponibilização de sites através dos quais a população será informada sobre o desenvolvimento do processo de elaboração do PMSB e dos eventos programados com as respectivas datas e locais de realização. Estes sites são meios de comunicação através do qual a população poderá interagir com a equipe técnica da empresa MB – Engenharia Ltda registrando suas críticas, dando sugestões e relatando suas necessidades e reivindicações quanto aos serviços de saneamento básico.
10. Distribuição de 3.000 cartilhas durante a audiência pública de apresentação do Relatório Final do Plano. Estas cartilhas, com linguagem simples e ilustradas serão entregues aos que estiverem presentes no evento para que os mesmos as levem até o segmento da sociedade que representam.

Dar publicidade aos trabalhos, do início ao término constitui a base do envolvimento popular na elaboração do PMSB.

3.2.4 Sistematização e Registros

Os processos de mobilização que não são documentados não podem ser divulgados, nem servir de exemplo. Deve-se considerar todo o processo, não apenas quando resultados. O processo encerra ensinamentos, mais do que os resultados por si.

A empresa MB – Engenharia Ltda fará o registro de todo o processo de mobilização social que será um dos documentos anexos ao PMSB. Este documento terá como conteúdo o relato, em ordem cronológica, de todas as ações e atividades programadas neste Plano de Mobilização Social, tendo sido elas realizadas. Estes relatos serão acompanhados de relatório fotográfico e das sugestões, críticas e reivindicações da população que participou do processo, através do site.

Todas as atividades e eventos realizados durante a elaboração do PMSB serão registrados através de atas que deverão conter no mínimo, data, local, objetivo da reunião/evento, relato dos principais assuntos abordados e assinatura dos presentes ou lista de presença.

O conjunto de atas será um documento anexo ao PMSB.

3.2.5 Cronograma.

3.2.5.1 Cronograma global para elaboração do PMSB – PREVISTO

Etapa	Descrição da etapa	Período
Produto 1	**Elaboração do Plano de Mobilização Social**	Janeiro a fevereiro de 2013
Produto 2	**Diagnostico da Situação do Saneamento Básico**	Março a agosto de 2013
Produto 3	**Prognósticos**	Setembro a novembro de 2013
Produto 4	**Concepção**	Dezembro de 2013 a janeiro de 2014
Produto 5	**Monitoramento**	Fevereiro e março de 2014
Produto 6	**Relatório Final**	Abril a agosto de 2014
Prazo total para conclusão do PMSB		**20 meses após a Ordem de Serviço**

3.2.5.2 Cronograma das atividades previstas

Item	Descrição e detalhamento do item	Início previsto	Término previsto
1	**Elaboração do Plano de Mobilização Social**		
1.1	**Reuniões dos comitês**		
1.1.1	Reunião do Comitê de Coordenação do PMSB	05/02/13	05/02/13
1.1.2	Reunião do Comitê Executivo do PMSB	07/02/13	07/02/13
1.1.3	Reunião da Empresa contratada com o Comitê Executivo	08/02/13	08/02/13
1.2	**Comunicação, mobilização e participação da população**		
1.2.1	Audiência Pública de Lançamento do PMSB	19/02/13	19/02/13
1.2.2	Reunião com o Comitê Executivo para discussão sobre o Plano de Mobilização Social em elaboração	22/02/13	22/02/13
2	**Diagnostico da Situação do Saneamento Básico**		
2.1	Coleta de Dados Reunião com os Comitês Reunião Participativa	04/03/13 07/03/13 21/03/13	15/03/13 07/03/13 21/03/13
2.2	Caracterização Geral do Município	18/03/13	20/03/13
2.3	Situação Institucional	21/03/13	22/03/13
2.4	Situação econômico-financeira do Município e dos Serviços	25/03/13	28/03/13
2.5	Situação dos Serviços de abastecimento de Água	01/04/13	26/04/13

	Reunião com os Comitês Reunião Participativa	04/04/13 11/04/13	04/04/13 11/04/13
2.6	Situação dos Serviços de esgotamento Sanitário	01/04/13	26/04/13
2.7	Situação dos Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos,	29/04/13	10/05/13
2.8	Situação dos serviços de drenagem urbana Reunião com os Comitês Reunião Participativa	13/05/13 15/05/13 21/05/13	31/05/13 15/05/13 21/05/13
2.9	Situação do Desenvolvimento Urbano Reunião com os Comitês Reunião Participativa	03/06/13 06/06/13 11/06/13	14/06/13 06/06/13 11/06/13
2.10	Situação da habitação	17/06/13	28/06/13
2.11	Situação ambiental e dos Recursos Hídricos Reunião com os Comitês Reunião Participativa	01/07/13 04/07/13 11/07/13	19/07/13 04/07/13 11/07/13
2.12	Situação da Saúde Reunião com os Comitês Reunião Participativa	23/07/13 01/08/13 02/08/13	02/08/13 01/08/13 02/08/13
2.13	Audiência Pública p/ apresentação do Diagnóstico	15/08/13	15/08/13
3	**Prognósticos** Reunião com os Comitês Reunião com os Comitês Reunião com os Comitês Reunião com o Conselho da Cidade	02/09/13 04/09/13 03/10/13 06/11/13 20/11/13	29/11/13 04/09/13 03/10/13 06/11/13 20/11/13
4	**Concepção de Programas, Projetos e Ações** Reunião com os Comitês Reunião com o Conselho da Cidade Reunião com os Comitês Reunião Participativa Reunião Participativa Reunião com o Conselho da Cidade	02/12/13 04/12/13 09/12/13 06/01/14 09/01/14 16/01/14 26/01/14	31/01/14 04/12/13 09/12/13 06/01/14 09/01/14 16/01/14 26/01/14
5	**Monitoramento –mecanismos e procedimentos** Reunião com os Comitês Reunião com o Conselho da Cidade Reunião com os Comitês Reunião Participativa Reunião Participativa Reunião com o Conselho da Cidade	03/02/14 05/02/14 10/02/14 05/03/14 11/03/14 19/03/14 27/03/14	31/03/14 05/02/14 10/02/14 05/03/14 11/03/14 19/03/14 27/03/14
6	**Relatório Final** Reunião com os Comitês Reunião com os Comitês	01/04/14 03/04/14 05/05/14	15/08/14 03/04/14 05/05/14

	Reunião com os Comitês Reunião com os Comitês Reunião com os Comitês Reunião com representantes das comunidades e Conselho da Cidade Reunião com representantes das comunidades e Conselho da Cidade	04/06/14 02/07/14 04/08/14 07/08/14 12/08/14	04/06/14 02/07/14 04/08/14 07/08/14 12/08/14
6.1	Audiência Pública para apresentação do resultado final do PMSB	21/08/14	21/08/14

Obs: Em decorrência da mudança de governo, com novos gestores assumindo a administração pública municipal em janeiro de 2013, houve um pequeno atraso no início dos trabalhos e consequentemente o cronograma previsto sofrerá alterações. Estas alterações serão apresentadas oportunamente, com a elaboração do Cronograma Realizado.

4. ANEXOS

4.1 Decreto Municipal Nº 7825 de 19 de fevereiro de 2013 que instituiu o Comitê de Coordenação;
4.2 Decreto Municipal Nº 7824 de 19 de fevereiro de 2013 que instituiu o Comitê Executivo;
4.3 Decreto Municipal Nº 7821 de 19 de fevereiro de 2013 que instituiu o Conselho da Cidade;
4.4 Convocação para 1ª reunião com o Comitê de Coordenação;
4.5 Convocação para 1ª reunião com o Comitê Executivo;
4.6 Ata da 1ª reunião realizada com o Comitê de Coordenação - 01 de março de 2013;
4.7 Lista de presença da 1ª reunião realizada com o Comitê de Coordenação - 01 de março de 2013;
4.8 Ata da 1ª reunião realizada com o Comitê Executivo - 01 de março de 2013;
4.9 Lista de presença da 1ª reunião realizada com o Comitê Executivo - 01 de março de 2013;
4.10 Mapa das Macrorregiões Urbanas;
4.11 Mapa das Macrorregiões Rurais;
4.12 Jornal Correio Trespontano – exemplar do dia 23 de março de 2013;
4.13Jornal Correio Trespontano – página 21 – convite para audiência pública de lançamento do PMSB;
4.14 Ata da Audiência Pública de Lançamento do PMSB de Três Pontas;
4.15 Lista de presença da Audiência Pública de Lançamento do PMSB de Três Pontas;
4.16 Jornal Correio Trespontano – exemplar do dia 30 de março de 2013;
4.17 Jornal Correio Trespontano – exemplar do dia 30 de março de 2013;
4.18 Lançamento do PMSB – blog Equipe Positiva – Portal de Notícias;
4.19 Ata da reunião realizada com o Comitê Executivo - 10 de abril de 2013;
4.20 Lista de presença da reunião realizada com o Comitê Executivo -10 de abril de 2013.

5. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO